

POSIÇÃO SOCIAL DA IPB NOS ANOS 1960

Introdução

Queridos irmãos, é sempre um prazer e uma grande honra retornar a esta Igreja da qual guardo tantas e ternas recordações. Aqui, eu e minha esposa fizemos nossa pública Profissão de Fé e nos tornamos membros da Igreja de Cristo; Aqui, meus filhos receberam as primeiras lições na Escola Dominical, com competéssimas professoras e professores; enfim, aqui dei os primeiros passos em direção ao ofício de Mestre que hoje exerço.

O tema que me foi proposto – O Posicionamento Social da IPB nos anos 60 - é deveras sensível e subjetivo. Sensível porque, necessariamente, terão que ser citados, criticamente, personagens que marcaram época na Igreja Presbiteriana do Brasil e cuja morte é muito recente, estando suas memórias muito vivas em filhos, amigos e colaboradores mais chegados. O tema é subjetivo, porque admite uma grande interação entre a igreja e o Estado, mais especificamente, entre a Igreja e o contexto político social brasileiro.

Paraphraseando o notável historiador alemão Leopoldo Von Ranke, certo estou que a História nunca é o simples recontar do passado como realmente foi. Ela é, inevitavelmente, uma interpretação do passado, em face das fontes selecionadas e, sobretudo, condicionada pelo horizonte do historiador.

Igreja e Sociedade

A palavra Social tem o amplo significado de algo concernente à Sociedade. Contudo, creio não ser este o sentido mais apropriado ao tema em lide. No nosso caso, Social diz respeito ao bem-estar das massas,

especialmente as menos favorecidas. Ora, isso nos conduz aos pobres, aos carentes, aos necessitados.

Considerando a Igreja em um contexto mais amplo, podemos caracterizar seu início não no Pentecostes, mas na criação da humanidade, conforme assim o entendeu John Knox, Patriarca do Presbiterianismo. No Paraíso, onde tudo era perfeito, não havia lugar para pobreza. A sociedade era perfeita, o primeiro casal tinha tudo o que necessitava, sobretudo, comunhão com Deus. Contudo, houve o Pecado e a queda decorrente. A corrupção entrou no mundo e, com a corrupção, a pobreza.

A Bíblia, quando aborda a questão da pobreza o faz de modo muito claro e elucidativo.

Antigo Testamento

O povo hebreu, a partir do momento em deixou o cativeiro no Egito e se fixou na Terra Prometida passou a vivenciar uma Teocracia nas relações entre a Igreja e o Estado judaico. Dessa forma, para os judeus, a Lei de Deus, a Torah, era a Lei do Estado, a Lei do Povo, estando todos sujeitos a ela, desde o rei até o mais humilde súdito.

No chamado Segundo Livro da Lei ou Deuteronômio, encontramos, no capítulo 15, um verdadeiro tratado sobre como a Igreja deve proceder a ante a pobreza de alguns de seus membros. A Palavra de Deus nos diz, de modo peremptório, que “nunca deixará de haver pobres na terra”, e ordena à Igreja que cada irmão deve ajudar o necessitado, o pobre (v. 11). No capítulo 24 do mesmo Livro da Lei, há um breve, mas suficiente exemplo de como deve ser a relação capital & Trabalho entre os membros da igreja, quer sejam senhores ou servos, o que hoje diríamos: patrões e empregados: “Não oprimirás o jornaleiro pobre e necessitado seja ele teu irmão ou estrangeiro ... No seu dia lhe darás o seu salário, antes do por do sol;

porquanto é pobre e disso depende a sua vida (vv. 14 e 15)”. Esses são mandamentos do Senhor e desobedecê-los constitui grave pecado.

No restante do Antigo Testamento, especialmente nos livros de Salmos e Provérbios há inúmeros versículos que consubstanciam o preceituado na Lei de Deus, com relação ao trato dos pobres.

Período Interbíblico

As relações entre a Igreja e o Estado Judaico, no Período Interbíblico, foram afetadas por sucessivas ocupações estrangeiras da região da Palestina, especialmente por parte dos selêucidas e ptolemaicos, dinastias implantadas após a morte de Alexandre, o Grande, respectivamente na Síria e no Egito. Foi, portanto uma fase em que preceitos fundamentais da Lei judaica, como guarda do sábado e circuncisão foram anulados pelo dominador estrangeiro. Se o que era fundamental foi abolido, o que dizer dos mandamentos relativos ao trato com os pobres? Evidentemente, em um período em que o judaísmo estava tentando sobreviver, a prática da caridade foi deixada de lado.

Houve, contudo, uma forte reação por parte dos judeus, uma verdadeira revolução, sob a liderança dos macabeus ou hasmoneus, que fundaram uma dinastia de reis da Judéia, que durou até a ocupação romana. Os macabeus restauraram, para os judeus, a Lei em toda a sua plenitude. Eles também foram responsáveis pela ampliação do conceito de cidadania judaica aos habitantes da Galiléia e da Iduméia, regiões ao Norte a ao Sul da Judéia. Infelizmente, nós evangélicos, por questões de ordem majoritariamente não eclesiológicas, normalmente deixamos de ter acesso ao que aconteceu nesse período da História de Israel, reportado nos Livros dos Macabeus e pelo historiador judeu, Flávio Josefo, em sua História dos Hebreus.

Novo Testamento

Quando Jesus nasceu, a Palestina estava sob o domínio dos romanos, já presentes na região há mais de cinquenta anos. Os romanos, em sua política expansionista, normalmente colocavam no governo prepostos ligados à cultura local, para governarem em seu lugar. O que lhes interessava essencialmente era a arrecadação de impostos. Para governar a Palestina, foram escolhidos os Herodes, nome genérico de uma família de idumeus, que haviam se tornado judeus por adoção do Estado. Sobre Herodes, o Grande, que reinava sobre Israel, à época do nascimento de Cristo, Flávio Josefo nos diz que, por ser um idumeu, a legitimidade de seu reinado era contestada pelos judeus. O fato é que Herodes, o Grande, e seus sucessores não cumpriam e nem faziam cumprir a Lei, empobrecendo a sociedade judaica e afetando, indiretamente, a vida dos pobres, que se multiplicaram nessa época.

Esse descaso com o cumprimento da Lei e o descuido conseqüente para com os pobres, certamente levou Jesus a fazer opção prioritária pelos humildes. Eles eram, sem dúvida, o alvo essencial da pregação do Mestre.

Logo após a tentação no deserto, Jesus regressou à Galiléia e na sinagoga de Nazaré lhe foi dado o livro do profeta Isaías, no qual o Senhor selecionou, para Sua leitura devocional, o texto: “O Espírito Santo está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres;” (Lc 4.18a). Em resposta aos mensageiros enviados por João Batista, Jesus diz: “Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e aos pobres está sendo pregado o Evangelho” (Mt 11.5).

A primeira (e principal) bem-aventurança diz respeito aos humildes, aos pobres, conforme se depreende da leitura do texto paralelo constante em Lucas 6.20, que diz, inclusive, que o Reino de Deus lhes pertence. Contudo, essa pobreza não pode nem deve ser levada ao pé da letra, posto que Jesus não discriminasse as pessoas que tinham algumas posses, como fica claro na escolha dos apóstolos, com a seleção de Mateus ou Levi, um publicano abastado, que ofereceu a Jesus um grande banquete em sua casa (cf. Lc 5.29). Nesse particular, o comentarista da Bíblia de Genebra, ao relacionar o texto das bem-aventuranças com o Salmo 9.18, esclarece que a pobreza, por si mesma não é meritória, mas Deus dá uma atenção especial aos clamores dos aflitos, sobre quem as pessoas em posição de mando têm responsabilidade explícita.

Os apóstolos, igualmente, continuaram a olhar para os pobres e necessitados com especial carinho e cuidado. O reflexo imediato dessa preocupação missionária foi a criação do ofício de diácono (cf. Atos 6.1-7), em especial para a ajuda e serviço aos domésticos ou a família da fé (cf. Gl 6.10). Paulo, em seu notável ministério aos gentios, utiliza o Antigo Testamento como alicerce e o exemplifica no Novo Testamento, dizendo: “como está escrito: Distribuiu, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre” (2 Co 9.9, cf. Sl 112.9) para que seja alvo da iluminação do Evangelho. Ainda dentro da chamada Igreja Apostólica, Tiago, irmão do Senhor, repreende aqueles que, na Igreja fazem acepção de pessoas, dando preferência aos ricos (cf. Tg 2.5). Mas Tiago não ensina que a igreja é somente dos pobres.

Igreja Antiga

Na chamada Igreja Primitiva, ou seja, o período que vai até o ano 100, a ajuda aos necessitados era fruto de coleta entre os crentes, muitos

dos quais entregavam à Igreja todos os seus pertences. A prática superlativa do dízimo era necessária porque os presbíteros ou bispos, que passaram a governar a Igreja, não mais podiam contar com os recursos do Estado. Por outro lado, havia crescente perseguição aos cristãos por parte dos judeus que não aceitavam ser Jesus o Messias prometido no Antigo Testamento. Contudo, essa perseguição judaica foi efêmera porque os judeus se insurgiram contra os romanos, sendo o Templo destruído e os hebreus dispersos pelo mundo. Ainda no primeiro século, a igreja de Cristo foi alvo de grande perseguição no reinado de Nero, que acusou os cristãos de terem incendiado a cidade de Roma. Dentre os mártires dessa época, estão os apóstolos Pedro e Paulo.

Embora a quase totalidade dos cristãos fosse constituída por pessoas de origem humilde, em sua grande maioria pequenos artesãos, a partir do século II, pessoas de classes sociais mais abastadas começaram a abraçar o cristianismo. Algumas pequenas igrejas foram construídas com a ajuda financeira dessas pessoas e, como era natural, por sua maior cultura e posição social, estas passaram naturalmente a assumir os primeiros postos de liderança na Igreja. Dessa forma, a partir de meados do século II, os bispos, em sua grande maioria, eram oriundos de famílias aristocráticas e, aos poucos, os pobres começaram a ser esquecidos, principalmente a partir da aliança entre a Igreja e o Estado Romano por injunção do Imperador Teodósio, no final do século IV. Contudo, a instituição do clero monástico veio atenuar um pouco essa situação, passando os mosteiros a servir de abrigo, hospital e escola para as populações mais carentes.

Igreja Medieval

Com o ocaso do Império Romano no Ocidente e início das invasões germânicas, surgiu uma nova conjuntura social que tomou o nome de

Feudalismo, cuja característica principal era o poder centralizado nas mãos de suseranos, senhores de grandes porções de terra agriculturáveis chamadas genericamente de Feudos. Além de poder morar no Feudo, os vassallos tinham o direito de ficar com uma parte da colheita e ainda receber proteção do Senhor Feudal. Entretanto, os deveres dos vassallos eram infinitamente maiores que o dos suseranos e o regime era o de uma semi-escravidão.

De um modo geral, um dos senhores feudais prevalecia sobre os demais e assumia a tarefa de coordenar e liderar os esforços de defesa coletiva ou de guerras de conquista. Esse nobre era o rei, cuja existência remonta a tempos muito antigos.

Como os bispos eram majoritariamente aristocratas, constituindo o que ficou sendo chamado de Alto Clero, naturalmente ficou estabelecido um acordo tácito entre o Clero e o Rei, entre a Igreja e o Estado. Para dar respaldo ao posicionamento elitista da Igreja, esta apelava, inclusive, para as Escrituras (cf. Pv 8.16; Rm 13. 1-7), o que configurava, na prática, um velho ditado que diz ser “a Bíblia, a mãe de todas as heresias”. Durante todo do período feudal, a Igreja e o Rei mantiveram relações muito fortes: o Rei dava toda liberdade para o clero, enquanto que a Igreja dizia que "o rei é um enviado de Deus". Como tinha muita liberdade, a Igreja se infiltrou nos feudos, tornando-se um laço de união entre todos.

Essa situação de opressão dos suseranos sobre os vassallos com o aval da Igreja perdurou durante séculos, mantida sob o manto protetor da Igreja, com as raras excessões do clero monástico, que, inclusive, fazia voto de pobreza. Dentre os monges defensores dos pobres se destacaram Bernardo de Claraval e Francisco de Assis.

Embora não se possa dizer que a Providência de Deus, com o auxílio de guerras e pragas, atuou em favor dos pobres. Há males que vêm pra

bem! No período que vai dos séculos XII ao XV, ocorreram as Cruzadas e pestes, que foram responsáveis pela morte de milhões de pessoas. Em decorrência, a economia mundial entrou em colapso, as elites perderam suas lideranças mais significativas, e, ainda, houve o surgimento de uma nova classe social, a Burguesia, constituída de pequenos comerciantes.

Nesse contexto caótico da Cristandade, surgiram duas figuras importantes na luta em favor dos humildes: Tomás de Aquino e João Wycliffe, ambos de origem aristocrática. Aquino modificou o aforismo Todo poder emana de Deus, acrescentando a partícula “para o povo”; seu propósito era o de alertar os dirigentes que eles eram apenas mordomos da economia e não seus donos exclusivos. Wycliffe, a Estrela da Manhã da Reforma, olhando para os carentes, liderou um movimento na Inglaterra de ajuda aos pobres, constituindo um “clero leigo”, pessoas sem vínculo formal com a igreja constituída, que ficaram conhecidos como lolardos.

A Reforma

A fome, as doenças e a opressão do Estado e da Igreja fizeram com que eclodissem Revoltas dos Camponeses, em várias regiões da Europa. Na procura por culpados, nos moldes de Nero, na Inglaterra a culpa recaiu sobre Wycliffe, mas sua vida foi poupada.

Esse processo de se buscar culpados sem culpa aconteceu também na Espanha, Itália e, na Alemanha, em que a Revolta dos Camponeses se tornou em Guerra Civil e quase comprometeu o sucesso da Reforma. Esse foi o real motivo pelo qual Martinho Lutero não pode, de fato, voltar os olhos para as necessidades físicas do povo, cuidando essencialmente da área espiritual.

Calvino, o grande líder da Reforma Suíça, aproveitando a estrutura assistencial existente na própria comunidade de Genebra, por iniciativa do

Reformador Guilherme Farel, ao formular uma espécie de Constituição da Igreja local, as Ordenanças Eclesiásticas, chamou para a Igreja a tarefa beneficente e procurou revitalizar o ofício diaconal, conforme o Novo Testamento, mormente com base em passagens da Carta aos Romanos e do livro de Atos. Em suma, ele redescobriu a função de serviço social desempenhada pelo diácono na igreja primitiva.

Calvino se impunha uma vida modesta, embora fosse de origem aristocrática. Zeloso de sua condição social diferenciada, como filho de sua época, ele, até por injunções políticas, não seguia à risca os preceitos neotestamentários, em especial os contidos nos Evangelhos, que privilegiavam essencialmente os pobres; mas, como Tomás de Aquino, olhava para eles com grande amor fraternal.

O Reformador de Genebra entendeu a riqueza e a pobreza como expressões do favor ou do julgamento de Deus sobre toda a comunidade, que então deveria redistribuir os seus recursos com vistas ao bem-comum. E, ainda, de acordo com uma antiga concepção talmúdica, entendia que a pobreza existia para dar ocasião aos crentes de praticar o bem, pois a riqueza vem de Deus a fim de ser utilizada para auxiliar os irmãos na fé.

À Igreja caberia restaurar a ordem primitiva da sociedade, tal qual Deus havia estabelecido, cabendo-lhe dar o exemplo, combatendo e pregando contra as diferenças exacerbadas entre as classes sociais, econômicas e raciais, bem como os preconceitos delas procedentes, pois Cristo de todos faz um único povo (Gl 3.28; Ef 2.14). É na Igreja que as relações sociais de trabalho sofrem profundas alterações, ensina o reformador. Os patrões continuam patrões, mas aprendem a exercer sua autoridade sem opressão, ao passo que os empregados (que continuam empregados) aprendem a serem subordinados sem recriminação. Se a Igreja cessar de vigiar o Estado, diz Calvino, ela se torna cúmplice da

injustiça social, cessando de cumprir sua missão política. Deve ficar registrado que a essência do pensamento social de Calvino estava apoiada na Teologia que desenvolveu, embora não tenha ficado imune às ingerências do ambiente político e de época que vivenciou.

Os autores da Confissão de Fé de Westminster e dos dois Catecismos, nosso sistema expositivo de doutrina e prática, foram profundamente influenciados pelo ensino de Calvino. Há várias referências às questões sociais e econômicas nestes símbolos da fé reformada. No capítulo sobre o *Magistrado Civil* (Cap. XXIII), a Confissão de Fé reflete o ensino de Calvino sobre a vocação social e política dos cristãos. No Catecismo Maior, destinado mais especificamente à liderança da Igreja, no que tange ao sexto mandamento – não matarás (pp. 134-36), os formuladores de Westminster se preocuparam com o bem comum, alertando contra a negligência ou retirada dos meios lícitos ou necessários para a preservação da vida, o uso imoderado do trabalho e a opressão.

Movimento Evangélico Inglês

No início do século XVIII, teve início na Igreja da Inglaterra um movimento de avivamento que tomou o nome genérico de metodismo, sendo seus personagens principais os irmãos Wesley e George Whitefield. Esse avivamento foi responsável pelo surgimento de um grupo ou partido multiconfessional, com forte engajamento social, em especial nas obras de filantropia, que tomou o nome genérico de *evangélico*.

Os evangélicos ingleses, expressão homônima dos seguidores de Lutero e demais reformadores do século XVI, trataram de cuidar da sociedade enferma herdada do Feudalismo em ocaso, e dos primeiros frutos decorrentes do surgimento do Capitalismo, especialmente em função da Revolução Industrial. As principais diretrizes estabelecidas pelo grupo

foram alcançadas, das quais merecem destaque: a abolição da escravidão, a melhoria das condições nas prisões, a educação elementar para todos e o fim do trabalho infantil.

Evangelho Social

O Movimento Evangélico inglês, ao ver atingidas suas principais metas sociais, acomodou-se e perdeu o ímpeto. Contudo, nos Estados Unidos e Canadá surgiu um movimento na igreja protestante, de âmbito social mais abrangente que o estabelecido pelos evangélicos britânicos. O movimento tomou o nome genérico de Evangelho Social. Seus adeptos insistiam na necessidade de ajustar o sistema econômico às exigências do Evangelho, sendo que o progresso só teria sentido se estivesse acompanhado da Justiça Social. O principal líder do movimento foi o pastor batista de linha arminiana Walter Rauschenbuch. Fruto de sua ênfase excessiva na humanidade, a teologia de Rauschenbuch não tinha lugar para a expiação vicária, um inferno literal ou uma segunda vinda de Cristo.

Como conseqüência da influência do Evangelho Social, nasceram os *Centros Sociais*, através dos quais as igrejas, de modo paralelo à assistência religiosa, buscavam prestar à comunidade serviços sociais, educativos e recreativos.

Quanto ao desafio do êxodo rural e a conseqüente concentração urbana da virada de século (XIX para XX), o evangelismo social incentivou o agrupamento de jovens, mais suscetíveis aos malefícios da nova conjuntura, nas Associações Cristãs de Moços, tanto masculinas como femininas. Para atender aos pobres carentes, em especial os mendigos de rua, já havia sido criado, em 1864, o *Exército da Salvação*.

O Evangelho Social procurou descer às causas dos males da sociedade e não se conformou com as providências puramente econômicas

tomadas pelas autoridades governamentais, que não sanavam as doenças sociais. O trabalho organizado ou sindicalizado surgiu como uma resposta aos que raramente respeitavam o bem-estar do trabalhador e, em última análise, também do consumidor, haja vista sua indiferença com a saúde pública, poluição, etc., que afetavam a todos quantos moravam nas proximidades das indústrias, em especial siderúrgicas e metalúrgicas. Por seus conceitos sociais pró-operariado, o evangelho social angariou a simpatia de muitos marxistas.

Reflexos do Evangelho Social no Brasil

Alguns dos aspectos institucionais do Evangelho Social, como igrejas institucionais (com serviços sociais, educativos, recreativos durante a semana), centros sociais como o Instituto Central do Povo na cidade do Rio de Janeiro e outros foram fundados no Brasil. E alguns perceberam claramente a profunda responsabilidade social do protestantismo, embora o Evangelho Social nunca tenha chegado a dominar o pensamento do protestantismo brasileiro. Em 1920, um articulista do jornal O Puritano, fundado por Álvaro Reis, assim se expressou:

“Que faremos pelo povo? Não nos interessa a ação social? Tornemos o Evangelho simpático ao povo, que ele o aceitará. O povo já não se ilude com palavras. Ele quer o apoio moral, a cooperação eficiente dos que se interessam por ele, a instrução, a liberdade, a melhora das suas condições de vida, e confiante esperança de melhor futuro para si e para a sua prole, a equidade no salário, a participação na distribuição dos lucros, o acesso à posse do solo para produzir nas mãos de poderosos latifundiários, que ao pobre não permitem cultivá-las, etc.” Certamente o autor havia lido e esposava as idéias contidas no Manifesto Comunista de Marx e Engels, de 1848.

Mas, esse foi um brado isolado que não empolgou as lideranças presbiterianas como um todo, mas provocou o surgimento de um grupo que se tornou forte dentro da Igreja Presbiteriana, a Mocidade. De um modo geral, a Igreja Presbiteriana, cuja parcela mais atuante e significativa é a representada por seus ministros, adotava em geral uma posição teológica conservadora. A juventude, por sua vez, questionava a atitude da igreja quanto ao modernismo - nome eufêmico do liberalismo - e quanto ao ecumenismo, e exigia novas formas de pensamento e prática mais adequados a um mundo em contínua evolução. O trabalho da juventude teve, a partir de 1944, o jornal **Mocidade** como veículo de suas idéias. Em 1958, o número de sociedades locais chegou a 600, com 17 mil membros.

Em 1952, após um período de estudos, em que se dedicou às relações entre marxismo e fé cristã, o missionário norte-americano Millard Richard Shaull foi enviado ao Brasil e se tornou professor de História da Igreja no Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas. Além de contatos com a mocidade presbiteriana, Shaull passou a realizar palestras sobre o pensamento católico e a promover encontros entre seminaristas protestantes e dominicanos, em um tempo em que a oposição protestante ao catolicismo era generalizada.

Shaull foi considerado pelos estudantes como um mestre que iria guiá-los na caminhada de transformação que conduziria o Brasil e suas massas, há séculos na miséria, a despertar para a solução de seus problemas. Como comunista convicto, apesar de americano, Shaull conclamava os cristãos a uma participação ativa na transformação social. Ele influenciou, nos anos 1950 e 1960, toda uma geração de jovens estudantes, dentre estes, alguns que se tornariam intelectuais de projeção, como Rubem Alves, Waldo Cesar e Rubem Cesar Fernandes.

A ligação de Shaul com a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) deu a ele um grande espaço de atuação. O grande tema discutido nos meios estudantis era o comunismo. Atuou também no Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Sob a condução de Waldo Cesar e a inspiração de Shaul, o setor foi criado em 1955 e convocou já para o mesmo ano a primeira consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja. Outras consultas se seguiram, das quais cabe destaque para a de 1957. A resposta da Igreja, através de José Borges dos Santos Júnior, presidente do Supremo Concílio, tentou, de modo conciliatório, recolocar a questão social dentro dos padrões eclesiológicos e não exclusivamente sociológicos, como queriam os postulantes. As palavras iniciais de José Borges são impactantes: “Não hesito em dizer que uma igreja fora do mundo é uma igreja que desertou. Não hesito em afirmar que o lugar da igreja é no mundo, bem como insisto em dizer que é indispensável trazer o mundo para dentro da igreja. Porque só a igreja, como instrumento do poder e da graça de Deus, tem o poder de salvar o mundo.”

A partir de 1955, como Secretário-Geral da UCEB, Shaul passou a desenvolver iniciativas de inserção de estudantes no operariado e nos sindicatos, com a colaboração do Setor de Responsabilidade Social da Igreja. A experiência durou de 1957 a 1959.

De um modo geral, a liderança presbiteriana reagiu às idéias revolucionárias de Shaul, como se pode ver em um artigo de autoria de Guilherme Kerr, também professor do Seminário de Campinas. Kerr, como polemista da ortodoxia calvinista, diz: “A mocidade, sem o mínimo conhecimento de causa, mas com grande presunção de saber, redige seus jornais, e no uso e abuso dos direitos que a igreja lhe concede, enxovalha ministros e até igrejas, exalta esses falsos mestres, revelando uma

ignorância revoltante dos fatos que se põem a comentar, e das verdadeiras doutrinas em que devia crer. Qual será o futuro da igreja fiel que nos legaram os pioneiros das missões?”

As tensões na Igreja presbiteriana foram paulatinamente aumentando, culminando, na década de 1960, com uma grande crise. Sua influência continuou viva e marcante, mormente no seio da Mocidade, que, em 1962, organizou a que ficou conhecida e celebrada como Conferência do Nordeste e teve como tema Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro.

Promovida pela Confederação Evangélica do Brasil, cujo presidente era Amantino Adorno Vassão, pastor da Igreja do Rio e presidente recém-eleito do Supremo Concílio da Igreja, a Conferência foi realizada na cidade do Recife, no mês de julho, e teve a participação de 167 delegados e cinco delegados fraternais dos Estados Unidos, quatorze denominações evangélicas e dezesseis estados federados. Dentre os conferencistas e preletores havia intelectuais de destaque da chamada esquerda nacional, como: Paul Singer, Celso Furtado e Gilberto Freire.

O envolvimento político e social de jovens e de setores significativos da Igreja produziu certa reação na Igreja Presbiteriana do Brasil. O Supremo Concílio, que se reuniu também em 1962, resolveu reestruturar o Trabalho de Mocidade, alegando que as atividades da Mocidade estavam caminhando à deriva do governo e da orientação presbiteriana.

Contudo, na mesma reunião do Supremo Concílio foi aprovado um documento que define o posicionamento Social e Político da Igreja Presbiteriana. É improvável que haja um único autor do documento, mas, em face da posição simpática ao engajamento social, por parte de José Borges, em 1957, é quase certo que este tenha redigido o núcleo central do texto. Certamente houve aval de Amantino, presidente da Confederação Evangélica Brasileira. Ambos eram simpáticos às idéias ecumênicas

defendidas por Erasmo Braga, daí seu viés evangélico. Há alguns anos, quando entrevistei Waldo Cesar, este falou muito bem de José Borges.

Pronunciamento sobre os Problemas Políticos e Sociais

SC-62-200 - O supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil: A todos os presbíteros docentes e regentes, aos diáconos, a todos os membros da Igreja, a todos os irmãos em Cristo - ao povo de Deus em geral. Graça a paz da parte daquele que é, e que era, e que há de vir, e da dos sete espíritos que estão diante do seu trono, e da parte de Jesus Cristo que é a fiel testemunha, o primogênito dos mortos e o príncipe dos reis da terra. No propósito de avivar a consciência de todos os fiéis para os perigos, deveres e oportunidades da hora presente, apresenta o seguinte pronunciamento sobre os problemas políticos e sociais: 1) O imperativo que impõe à Igreja a obrigação de fazer pronunciamentos sobre questões sociais da atualidade nacional e internacional deriva de sua vocação profética de proclamadora e testemunha do Reino e sua submissão e fidelidade à Palavra de Deus. 2) Sua autoridade para pronunciar-se sobre essas questões, em dada situação concreta, deriva, porém, da disposição com que os cristãos participem, sincera e sacrificialmente, da luta por uma ordem social em que se expressem, cada vez mais perfeitamente os postulados fundamentais da fé cristã sobre Deus, o homem, a sociedade, o Estado, e os sistemas ideológicos políticos, sociais e econômicos. 3) Neste terreno são postulados fundamentais da fé cristã: I - Deus é o princípio e o fim de todas as coisas, pois por Ele e para Ele, tudo foi criado e subsiste. II - Na encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, manifestou Deus seu propósito redentor e na exaltação do Filho à sua mão direita, sua soberania absoluta, que abrange o indivíduo e a sociedade, os povos e as nações, a igreja e a chamada ordem secular. III - A vida do homem e dos povos não tem sentido se não for vivida segundo o propósito de Deus, no poder de sua graça, sob o juízo constante de palavra e no pleno reconhecimento de sua soberania. IV - Criados, em Cristo, à imagem e semelhança de Deus, todos os homens são fundamentalmente iguais, e tem todos os direitos a oportunidades iguais de educação, saúde, trabalho e participação na vida política, e bem assim a iguais garantias da inviolabilidade de sua vida, de sua pessoa e de sua família, e da utilização adequada de seus bens. V - Todas as formas de opressão religiosa, política ou econômica, todas as formas de discriminação racial e social, todas as restrições à liberdade de pensamento e de expressão, são igualmente odiosas e contrárias à fé cristã. VI - Todas as nações do mundo tem igual direito de escolher a maneira como desejam ser governadas, desde que tal escolha se faça sem a imposição interna de minorias econômica ou militarmente poderosas e sem a pressão externa de forças econômicas ou ideológicas; e todas tem igual direito de promover, por todos meios legítimos o que interessa à paz, à justiça, à liberdade e à prosperidade nas suas relações internas e externas. VII - Nenhuma ordem social é inteiramente cristã. Aproxima-se mais desse ideal aquela em que os direitos e deveres dos cidadãos forem mantidos em justo equilíbrio, em que for garantido a todos o pleno desenvolvimento de suas potencialidades para o bem, e em que for oferecida aos fracos e desvalidos a indispensável proteção. VIII - O Estado deve ser principalmente, um instrumento para manutenção da

ordem eliminando as causas de perturbação social, e para preservação, incremento e transmissão do patrimônio espiritual e material da sociedade que representa; e é a vontade da maioria dos membros desta que deve determinar a forma e definir os poderes daquele. IX - Nenhum sistema ideológico de interpretação da realidade social, seja em termos filosóficos, políticos ou econômicos, pode ser aceito como infalível ou final. Os conceitos Bíblicos da história, reino de Deus e Escatologia nos farão perceber sempre na condição humana, individual e social, a presença de fatores que não caberão jamais dentro de uma interpretação puramente filosófica ou científica da realidade, distanciada da interpretação cristã e teológica. X - A presença inegável desses fatores realmente demoníacos, em todas as estruturas sociais, fatores que levantam a oposição obstinada ao propósito redentor de Deus e que só serão inteiramente destruídos quando vier a plenitude do Reino de Deus - essa presença deve levar os cristãos a se lembrarem de que esse propósito redentor de Deus inclui, também, a ordem social, e deve levá-los a darem expressão concreta, nesse âmbito, ao fato de que, em Cristo, Deus manifestou seu objetivo de criar não só um novo homem mas, também, uma nova humanidade. As Igrejas Presbiteriana do Brasil, complete, portanto: 1) Dar, pelo púlpito e por todos os meios de doutrinação, expressão do Evangelho total de redenção do indivíduo e da ordem social. 2) Incentivar seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunhas de Cristo, nos Sindicatos, nos Partidos Políticos, nos Diretórios Acadêmicos, nas Fábricas, nos Escritórios, na Cátedras, nas Eleições e nos Corpos Administrativos, Legislativos e Judiciários do País. 3) Clamar contra a injustiça, a opressão e a corrupção, e tomar a iniciativa de esforços para aliviar os sofrimentos dos infelicitados, por uma ordem social iníqua; colaborando também com aqueles que, movidos pelo a dignidade do homem, busquem por espírito de temor a Deus e respeito a dignidade do homem, busquem esses mesmos fins, assim como aceitando sua colaboração. 4) Opor, por uma pregação viva e poderosa, relevante e atual, uma barreira inexpugnável contra as forças dissolventes do materialismo e do secularismo. 5) Lutar pela preservação e integridade da família e pela integração de grupos marginalizados pela ignorância e analfabetismo, pelos vícios, pelas doenças e pela opressão na plena comunhão do corpo social. 6) Dar à infância e a juventude uma formação cristã que as capacite a enfrentarem vitoriosamente o impacto dos paganismos contemporâneos, com a força da interpretação cristã da vida total do homem total a luz de Deus. 7) Defender, pelo exemplo de seus membros, a dignidade do trabalho, quer manual quer intelectual. 8) Fazer a proclamação profética incessante dos princípios éticos e sociais do evangelho de modo que sejam denunciados todos os erros dos poderes públicos sejam de omissão, ou comissão, que resultem em ameaças ou obstáculos e a paz social ou tendam a destruição da nossa estrutura democrática. 9) Defender a necessidade de mais equitativa distribuição das riquezas, inclusive da propriedade da terra, e advertir, em nome da justiça de Deus e da fraternidade cristã, aqueles cujo enriquecimento seja fruto da exploração do próximo. 10) Tornar o Estado consciente de todos os seus deveres, transmitindo-lhe corajosamente a palavra profética, especialmente nas horas de crise, prestigiando sua ação no estabelecimento da justiça social e oferecendo-lhe colaboração para solução cristã de todos os problemas da comunidade.

Considerações Finais

Em face do excesso de liberdade a que o Setor de Responsabilidade Social da Igreja se autoconcedia, apesar do sucesso relativo da Conferência do Nordeste, em 1963, Waldo César foi demitido de sua função na CEB.

Após a Revolução em 1964, no Seminário de Campinas, professores e alunos foram expulsos; os presbitérios passaram a ser controlados e muitos pastores foram afastados de suas igrejas. Dois anos depois, é eleito Boanerges Ribeiro a quem se atribui a responsabilidade pela implantação de um período de caça às bruxas comunistas na IPB, período apelidado de República dos Generais.

Conclusão

Na História da Igreja, desde a época de Constantino, há um constante e íntimo relacionamento entre a Igreja e o Estado. Esse relacionamento, naturalmente, pressupõe a interferência assistemática de um sobre o outro. A Igreja tem sua Regra de Fé e Prática, a Escritura, a sua Constituição Maior, onde o relacionamento social entre os homens e entre os governantes e governados estão bem definidos.

Calvino, principal responsável pelo desenvolvimento da teologia reformada, deu uma nova feição à participação da Igreja no contexto social, ao tornar leigo e revitalizar o ofício diaconal, classificando os diáconos como Ministros da Beneficência. Ele, sobretudo, defendia o convívio harmônico entre as diversas camadas da sociedade. A essência do Pensamento Social de Calvino está plenamente apoiada na Teologia.

O Evangelho Social, um movimento eminentemente humanista, embora procurasse amparo na Escritura desconsiderou aspectos considerados básicos da Teologia, como a expiação vicária, o inferno e a volta de Cristo. Seus reflexos no Brasil não foram diferentes, pois vieram

eivados de conceitos sociológicos proponentes, inclusive, da luta de classes. Os fundamentos teológicos de Shaul não eram, em absoluto, compatíveis com os ensinamentos de Calvino e com os nossos símbolos de fé.

No posicionamento social da Igreja, que fecha a nossa reflexão de hoje, ministros da IPB tentaram trazer as idéias básicas esposadas por setores da sociedade brasileira e que encontraram guarida entre os jovens, para dentro da Igreja e do Evangelho. É um documento muito bem elaborado, fruto de uma época altamente conturbada da vida nacional. Seu grande mérito foi rejeitar o ateísmo marxista, podendo, inclusive, servir de Credo Democrático Cristão. Contudo, a meu juízo, colocar o púlpito das igrejas a serviço de uma cidadania subjetiva, não me parece correto.